

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Educação e Cultura

Brasília - 24 de agosto de 1983

Seminário "Educação 12 anos depois"

Tema: "Ações efetivas para uma escola democrática"

Intervenção escrita do Professor Moacyr de Góes

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Cultura,
Deputado João Faustino.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Deputado Eraldo Tinoco
Senhores Deputados

Exmo. Senhor Professor Darcy Ribeiro
Autoridades presentes
Minhas Senhoras
Meus Senhores

I - INTRODUÇÃO

A presente intervenção escrita não exclui a contribuição oral, a qual, todavia, somente poderá ser produzida após o conhecer da conferência do ilustre Professor Darcy Ribeiro. Objetiva a presente oferecer uma contribuição a mais à discussão do importante tema "Ações efetivas para uma escola democrática."

A nossa abordagem, em termos de sumário, identificará uma prática educacional ocorrida na primeira parte dos anos 60 e uma proposta teórica para a escola dos anos 80. A limitação do tempo nos impõe a optar por um sumário e não uma análise das duas questões.

II - UMA PRÁTICA EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA DOS ANOS 60

1 - Nome: "Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler"

1.1. Local: Natal, Rio Grande do Norte

1.2. Data: 1961 a 1964

1.3. Órgão promotor: Prefeitura Municipal de Natal-RN.

1.4. Administração: Prefeito Djalma Maranhão.

2 - Documentação:

2.1. "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" (1961-1964) - "Uma escola democrática", de Moacyr de Góes Editora Civilização Brasileira, Rio, 1980.

2.2. "Lendo e Aprendendo" - A Campanha de Pé no Chão" de José Willington Germano, Cortez Editora, São Paulo, 1982.

3 - Características:

3.1. Movimento de cultura popular e de educação popular.

3.2. Coetâneo ao Movimento de Cultura Popular-MCP (Administração do Prefeito do Recife e Governador de Pernambuco Miguel Arraes; ao Movimento de Educação de Base - MEB (Convênio da Igreja Católica com o Governo Federal) e ao Centro Popular de Cultura - CPC (da UNE-União Nacional dos Estudantes), organização com as quais mantinha intercâmbio.

3.3. Ensino público, gratuito, municipal, de 1ª à 4a. série primária.

4 - Nascimento e morte:

4.1. O Censo de 1960 identifica em Natal 60.254 analfabetos (35.810 crianças e 24.444 adultos).

- 4.2. Escola pública em colapso reduzira a oferta de vagas.
- 4.3. Reivindicação dos Comitês Nacionalistas e/ou Comitês Populares de erradicação do analfabetismo.
- 4.4. Compromissos políticos assumidos pelo candidato Djalma Maranhão na campanha eleitoral de 1960 de assegurar escolas para todos e erradicar o analfabetismo.
- 4.5. "De Pé no Chão" nasce do movimento popular e os educadores serão os "intelectuais orgânicos" das classes subalternas e darão eficiência e eficácia à proposta da escola para todos.
- 4.6. "De Pé no Chão" foi destruída pela repressão de 1964.

5 - Evolução quantitativa:

5.1. Discentes

De matrícula zero em 1960 para 17.000 alunos em 1963.

5.2. Docentes

De participação zero em 1960 para 500 monitores e 40 supervisores (professores diplomados) em 1963.

6 - Evolução qualitativa:

- 6.1. De uma campanha de erradicação de analfabetismo para uma complexa política educacional de cultura popular.

6.2. Proposta inicial: assegurar escola pública para todos; etapa marcada pelo pedagogismo liberal (modernização do conservadorismo); limitado à reprodução do sistema; ideologicamente alimentado/alimentador do nacional-desenvolvimentismo. Limite da Campanha: reconhece a Educação como instrumento de mudança e a Cultura Popular como criadora de "relações dialéticas com a libertação nacional-socialismo - luta ant imperialista" (documento "De Pé no Chão" para o 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultural Popular, Recife, 1963, mimeog.).

7 - Aprovação:

7.1. 1961: 60%

7.2. 1962: 74%

7.3. 1963: 85%

8 - Custo:

Custo-aluno da 1a. à 3a. série primária US\$ 1,86 (valor do dólar a Cr\$ 800,00 - moeda da época, antes da Reforma Castelo Branco - vigente em janeiro de 1962).

9 - Rupturas:

9.1. Com o pensamento colonizador

9.2. do círculo pauperismo-analfabetismo-pauperismo.

9.3. Com a escola acadêmica burguesa:

- a) gerações próprias de recursos humanos
- b) não confundiu escola com prédio escolar
- c) demonstrou a capacidade das classes subalternas para propor e executar uma política de educação.

10 - Ações efetivas para uma escola democrática em "De Pé no Chão": constatações.

- 10.1. Foi reivindicada, diretamente, pelo movimento popular.
- 10.2. Foi definida a sua estratégia geral e o partido arquitetônico dos seus "Acampamentos Escolares" no âmbito dos Comitês Nacionalistas ou Comitês Populares.
- 10.3. A programação escolar (níveis de alfabetização: 1a. à 4a. séries) era definida, quinzenalmente, em reuniões com monitores (professores), supervisores e Direção do Centro de Formação de Professores, sujeita à influência direta da comunidade.
- 10.4. O material didático tradicional, inicialmente usado, foi abandonado, preferindo-se a produção do mesmo pelos monitores e supervisores da Campanha.
- 10.5. A escola transformou-se em centro de vida comunitária e os Círculos de Pais e Professores a-crescentaram às preocupações educacionais as tarefas de luta pela melhoria da qualidade de vida (água e energia para os bairros periféricos etc).
- 10.6. A valorização da cultura popular e do folclore transformou-se em política de denúncia a todas às formas de colonialismo.
- 10.7. A geração dos próprios recursos humanos pela Campanha (a formação dos docentes) articulou o pensamento popular com o pensamento acadêmico, este predominante nos quadros técnicos da Secretaria Municipal de Educação.

- 10.8. A educação de adultos e a política cultural do município (influenciados pela Revolução Cubana, pelo Concílio Vaticano II, pelo pensamento de Paulo Freire, pelas práticas do MCP e do CPC) superaram, algumas vezes, o populismo, aproximando do "De Pé no Chão" do popular.
- 10.9. Nas condições da época, com recursos próprios de um município do Nordeste, a garantia de mais de 30.000 matrículas em três anos, numa população de 60.000 analfabetos, predominantemente das classes subalternas, é a constatação de que a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler implantou e implementou ações efetivas para uma escola democrática.
- 10.10. A validação da via democrática em De Pé no Chão foi dada pela própria repressão de abril de 1964 quando o "macartismo" promoveu a deposição e cassação do Prefeito Djalma Maranhão e do Vice-Prefeito Luis Gonzaga dos Santos; encarcerou todo o staff da Secretaria Municipal de Educação; incendiou, numa grande fogueira, a documentação da Campanha e destruiu o movimento De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

III - UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA A ESCOLA DOS ANOS 80

Durante dois anos - 1981 e 1982 - participei, semanalmente, de reuniões de um Grupo de Trabalho que estudou a questão da educação e buscou definir, no âmbito de um partido político - o PMDB - uma política de educação para o Estado do Rio de Janeiro.

O Grupo de Trabalho, a princípio integrado por apenas oito educadores, nas fases subseqüentes ganhou representatividade

de quantitativa e qualitativa e nas suas etapas finais promovia as suas reuniões em teatros da cidade, quando a participação alcançava a centenas e centenas de trabalhadores da área da educação e da cultura.

No final foi aprovado um documento, denominado " Uma proposta de educação para o Rio de Janeiro."

Esse documento é de uma grande abrangência e retirada dele a especificidade do Rio de Janeiro, as suas linhas gerais e não partidárias poderiam ser acolhidas por este forum da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em boa hora convocado pelo seu Presidente Deputado João Faustino.

Assim, tenho condições de manter uma linha de coerência nesta intervenção escrita, isto é, oferecer a contribuição de um pensamento coletivo (como foi De Pé no Chão) e não o pensamento individual, isolado.

O documento a que me refiro é definido em quatro eixos básicos: a valorização da escola pública; a democratização e descentralização da escola; a melhoria da qualidade de ensino e a valorização do profissional da educação.

A abertura do documento se faz com um diagnóstico, no qual, entre outras coisas, se afirma:

"Foi o autoritarismo que permitiu o desmantelamento do sistema público de educação. Para conseguir aplicar sua orientação durante tantos anos, o regime restringiu as liberdades e desrespeitou os direitos humanos, disseminando o clima de insegurança no país. Hoje, a sociedade brasileira não se contenta com uma abertura limitada e instável e, deseja a democratização do país para poder influir livremente nos seus destinos e na solução dos seus problemas."

Dos quatro eixos básicos destaco, como de possível interesse destes forum:

1 - Valorização da escola pública

1.1. Compromisso com a filosofia da escola pública - este processo de democratização incide sobre a própria estrutura interna do sistema, impondo:

- a) a indicação do Secretário de Estado de Educação e Cultura comprometido com a filosofia da escola pública;
- b) a reformulação dos critérios de composição dos Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura comprometidos com a filosofia da escola pública;
- c) participação das entidades de classe do magistério e das diversas áreas da cultura na indicação dos membros do Conselho Estadual de Educação e de Cultura.

1.2. Aplicação das verbas públicas:

- a) serão destinadas a ampliação, implantação e manutenção da rede pública de ensino em todos os graus;
- b) garantirão o acesso de todos à educação básica de 1º grau de boa qualidade em todas as sedes municipais e distritais;
- c) garantirão a ampliação da rede pública e a melhoria da qualidade do ensino de 2º grau visando ao acesso à universidade e garantindo a efetiva profissionalização, incluindo aí a formação de professores (ensino normal);

d) garantirão a ampliação da oferta de educação especial em classes integradas às atividades educacionais regulares que permitam um convívio social sadio, sem estigmas, melhorando a qualidade do atendimento com o apoio de equipes técnicas especializadas;

e) garantirão a reformulação da educação supletiva, resgatando a dívida social do Estado para com o Homem que foi excluído da escola na idade própria.

A proposta educacional se inspirará nos princípios da educação permanente e da formação profissional contínua:

- será um ensino de qualidade e não uma "educação de segunda classe;"
- terá uma metodologia diferenciada da que é aplicada a crianças e adolescentes, permitindo a livre iniciativa do educando na transformação da metodologia;
- utilizará todos os recursos disponíveis na sociedade.

1.3. Dignificação dos profissionais do magistério.

2 - Democratização e descentralização

2.1. Democratização

2.1.1. A estrutura da Secretaria de Educação e Cultura será redimensionada em seus diferentes órgãos e seus diversos setores contarão, necessariamente, com a participação das entidades de classe dos professores e profissionais das atividades culturais.

- 2.1.2. Os diretores serão eleitos e a comunidade participará da administração escolar.
- 2.1.3. Na área da educação, abrir espaço à participação organizada e ativa dos cidadãos na gestão da coisa pública, significa incorporar o magistério, em estreita vinculação com a comunidade, à discussão, elaboração e execução criativa da política educacional.
- 2.1.4. Os dados relativos aos trabalhos de educação serão periodicamente divulgados e estarão disponíveis para a consulta das entidades de classe, dos representantes do poder legislativo e de todos os interessados no processo educacional.
- 2.1.5. Reconhecimento do direito de livre associação dos estudantes e professores.
- 2.1.6. Valorização da cultura popular - na área de cultura, a pesquisa e a difusão visam a defender e valorizar as manifestações culturais como também embasar e complementar a ação educativa da escola. Estimular, apoiar a produção e democratizar o acesso aos bens culturais através de:
- a) compromisso com a liberdade de expressão de idéias e de criação artística;
 - b) definição de uma política de amparo, defesa e valorização da cultura popular;
 - c) defesa do patrimônio ecológico, histórico, artístico e urbanístico, associado à revalorização do estudo e divulgação dos dados culturais das diferentes regiões;

- d) organização e dinamização, nos municípios, de acervos museológicos, de salas de espetáculos, de bibliotecas e de centros de informação e referência cultural.

2.2. Descentralização

2.2.1. A racionalização e a simplificação administrativa tornam-se imprescindíveis a um melhor desempenho na aplicação das verbas públicas.

2.2.2. Municipalização - assistência técnica e financeira ao pré-éscolar dos municípios. A necessidade da ampliação de recursos para a educação exige a reformulação da política de transferência de recursos federais para os estados e destes para os municípios.

Atualmente a utilização desses recursos é limitada por diretrizes impostas que ignoram as prioridades estaduais. Em face disso se coloca a questão do restabelecimento do princípio federativo na organização nacional, devolvendo aos estados a autonomia financeira. A possibilidade de transferência de recursos criará condições para que o Estado possa oferecer assistência técnica e financeira aos municípios, beneficiando, prioritariamente, o pré-éscolar para a progressiva extensão a todo o primeiro grau.

2.2.3. Participação das entidades de classe na elaboração da política de planejamento.

3 - Melhoria da qualidade de ensino

3.1. O acesso a carreira do magistério será feito apenas mediante concurso público de provas e títulos;

- 3.2. A comunidade participará da administração escolar através da formação de Conselhos Consultivos, também eleitos.
- 3.3. Será viabilizada a possibilidade de ampliação da jornada escolar do aluno para a valorização da educação geral:
- a) pela extinção progressiva do 3º turno diurno, um dos fatores da queda da qualidade de ensino;
 - b) pelo remanejamento dos espaços escolares para limitar o número de alunos/sala.
- 3.4. Antecipação gradativa da escolarização obrigatória para os seis anos.
- 3.5. As escolas contarão com especialistas em educação que trabalhem junto aos professores para a resolução de problemas didático-pedagógicos.
- 3.6. Na ampliação da rede escolar haverá preocupação de instalar pequenas unidades a fim de facilitar a integração com a comunidade.
- 3.7. Serão aprimorados e implantados programas de assistência e atendimento médico-sanitário e odontológico aos escolares, entrosando a rede escolar com a rede sanitária.
- 3.8. As escolas da rede oficial receberão, em igualdade de condições, menores albergados, em caráter aberto, pela FEEM - a fim de evitar um processo de segregação e uma tentativa posterior de reintegração à sociedade, que dificilmente ocorre.

4 - Valorização do profissional da educação

- 4.1. A valorização da escola pública exige a dignificação dos profissionais do magistério pela criação de condições materiais e pela justa retribuição salarial vinculada a critérios de competência e de tempo de serviço.
- 4.2. Treinamento de recursos humanos compatível com o conceito de escola democrática.
- 4.3. Garantia de livre associação.
- 4.4. Compromisso do Governo Estadual em empenhar-se na modificação da atual legislação federal, a fim de possibilitar ao servidor público o direito à greve e à sindicalização.
- 4.5. Compromisso na luta pelo 13º salário.

IV - CONCLUSÃO

1. A importância de um forum desta natureza
2. A importância do Legislativo no processo democrático.
3. Agradecimento.